



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS
ESPECIALIZAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL**

**FRANCISCA NATALIA DE LACERDA FIGUEIREDO
RAISSA MENDES SOARES**

**UM PANORAMA SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA 3ª
IDADE: O CASO DA PREFEITURA DE SOUSA-PB**

Artigo apresentado como requisito para obtenção do título de Especialista em Administração Pública Municipal na Universidade Federal de Campina Grande.

Orientador (a): Prof. Dra. Rubenia de Oliveira Costa.

Sousa – PB

2023



F475p

Figueiredo, Francisca Natalia de Lacerda.

Um panorama sobre a implementação de Políticas Públicas para 3ª idade: o caso da prefeitura de Sousa-PB / Francisca Natalia de Lacerda Figueiredo, Raissa Mendes Soares - Sousa, 2023.

22 f. : il. color.

Monografia (Especialização em Administração Pública Municipal) - Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Ciências Jurídicas e Sociais, 2023.

"Orientação: Profa. Dra. Rubenia de Oliveira Costa."

Referências.

1. Políticas Públicas Municipais. 2. Qualidade de Vida do Idoso. 3. Assistência ao Idoso Atendido no CRAS. 4. CRAS da Cidade de Sousa-PB. I. Soares, Raissa Mendes. II. Costa, Rubenia de Oliveira. III. Título.

CDU 35.073.1(043)



Um panorama sobre a implementação de políticas públicas para 3ª idade: o caso da prefeitura de Sousa-pb

RESUMO

As políticas públicas municipais desempenham um papel crucial na promoção do bem-estar e no desenvolvimento das comunidades locais. Nesse contexto, o presente artigo busca fazer um estudo de caso sobre a implementação das políticas públicas destinadas aos idosos na cidade de Sousa/PB. O artigo mantém uma abordagem qualitativa, descritiva e exploratória realizado por meio de uma pesquisa bibliográfica. Ademais, foi elaborado um questionário e aplicado a um funcionário qualificado, um assistente social, que trabalha no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) a fim de identificar suas percepções sobre as políticas públicas existentes e as necessidades específicas enfrentadas para a melhoria de uma qualidade de vida dos idosos. Ante os resultados, é possível observar que as políticas públicas ofertadas aos idosos são atividades culturais e educativas, bem como o órgão social mantém parcerias com instituições de caráter religioso que atuam com idosos, outro ponto observado seria que o desafio mais relevante encontrado na execução de políticas públicas é a escassez de profissionais que possam contribuir positivamente na vida dos idosos que buscam o CRAS. Faz-se necessário que exista por parte do Gestor Municipal a investidura de processos seletivos, concursos públicos e assim possa haver ampliação dos serviços ofertados.

Palavras-Chaves: Idosos. CRAS. Assistência.



INTRODUÇÃO

Entre os anos de 2013 e 2018, houve um notável crescimento da população brasileira, em especial destaca-se o aumento de indivíduos idosos com um acréscimo de 4,8 milhões nesse período. Esse aumento tem sido constante desde 2012, ultrapassando a marca de 30,2 milhões de idosos em 2017 (SOBREIRA, 2022).

Essa tendência sugere que, com o passar dos anos, a quantidade de idosos pode crescer de forma exponencial. De acordo com o IBGE em 2018, estima-se que até o ano de 2043, aproximadamente um quarto da população brasileira terá mais de 60 anos, enquanto a proporção de crianças com até 14 anos será de apenas 16,3%.

Esse fenômeno é conhecido como envelhecimento populacional, caracterizado pela redução da população jovem e pelo aumento da representatividade dos idosos na sociedade brasileira (MARTINS, 2016).

Destarte, conforme preconiza Mendes (2005) na sociedade capitalista, em especial o ocidente, é evidente que o papel atribuído ao ser humano está frequentemente vinculado ao seu potencial de produtividade. Portanto com o estilo de vida prevalente atualmente tende-se a considerar o envelhecimento como uma fase da vida de menor rendimento e pouco valorizado.

Ao se aposentarem, os idosos tendem a se afastar de suas atividades principais e ocupar uma posição mais marginalizada na sociedade. No entanto, é importante reconhecer que o verdadeiro papel dos idosos está intrinsecamente ligado ao seu conhecimento e experiência acumulados ao longo de muitos anos de vida e contribuição produtiva (MENDES, 2005).

Segundo os dados SISAP - Idoso de 2019 o município de Sousa possui uma população de 10.314 idosos de modo a superar proporcionalmente a média estadual, regional e nacional. Naquele ano, o índice de envelhecimento da população em Sousa foi de 71,23 representando 14,85% do total da população da cidade. Esses números indicam que os idosos têm uma presença significativa em Sousa, destacando a importância de políticas e ações voltadas para atender às suas necessidades específicas.

É importante analisar e compreender esses dados para identificar possíveis desafios e necessidades específicas dos idosos que vivem sozinhos em Sousa, a fim de desenvolver políticas públicas e programas de assistência adequados que promovam o bem-estar e a inclusão social dessa população vulnerável.

Exposta a relevância do tema, o interesse em pesquisar sobre essa temática reside na importância de abordar as condições de vida dos idosos na cidade de Sousa/PB, uma vez que o envelhecimento populacional se encontra em constante crescimento na cidade, aumentando a necessidade das demandas por políticas públicas, de modo que possibilite através



dessa pesquisa, programar medidas concretas e efetivas que permitam promover o bem estar dos idosos no município.

Doravante, ante a pertinência temática da matéria, o presente artigo tem por premissa realizar um estudo de caso das políticas públicas municipais voltadas aos idosos, bem como a sua problemática, pertinentes a cidade de Sousa – PB.

DISCUSSÃO TEÓRICA

A CHEGADA DA MELHOR IDADE

Passar anos sendo uma pessoa ativa e independente, mas “de um momento para o outro” se deparar com limitações físicas ou até mesmo mentais torna-se um fardo para os seres humanos. A adaptação é lenta e complicada sendo necessária determinação e apoio para com as pessoas da terceira idade.

Estudos apontam que no Brasil 20% da população acima de 60 anos sofre de desordens mentais, a depressão é o transtorno que mais os afeta, existem cerca de 10 milhões de idosos depressivos aproximadamente. A prática de atividades prazerosas está ligada diretamente a uma melhora no quadro de saúde da depressão, demência como também do Alzheimer (FERREIRA; BARHAM, 2011).

Entretanto, segundo Ferreira e Barham (2011) dependendo do público de idosos, alguns desafios são encontrados para o alcance dessa façanha, como recursos financeiros, políticas públicas e sociais, barreiras arquitetônicas, a dificuldade de locomoção, entre outras. A partir daí surge a oportunidade da criação de novas estratégias de inclusão, ou seja, instrumentos que analisam de forma individual o comportamento de cada idoso e suas peculiaridades.

O SURGIMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADA AOS IDOSOS

De acordo com Secchi (2012) o conceito de política pública, em sentido amplo, pode ser entendido como uma diretriz concebida a fim de sanar um problema público, podendo ser compreendida como a vontade pública de enfrentar as mazelas que assolam a população, buscando produzir uma resposta estatal ao problema.



Ante o conceito apresentado, pode-se inferir que a razão de ser de uma política pública é um problema socialmente relevante, e as formas de tratá-lo, de modo a buscar uma resposta satisfativa.

Destarte, identificar os problemas socialmente relevantes e as mazelas que assolam a sociedade, em especial as que se encontram em estado de hipossuficiência, é dever do Estado, haja vista que a Magna Carta de 1988, assegura a todos princípios e garantias a dignidade da pessoa humana.

Sendo assim a formulação de uma política passa por um mapeamento do poder público das necessidades, identificando os mais variados problemas, a exemplo: preconceito, discriminações e marginalizações. Buscando estabelecer uma agenda de trabalho para o gestor.

Ante as transformações demográficas com o aumento da expectativa de vida e a diminuição da natalidade, vem acarretando nas últimas décadas, um envelhecimento da população, gerando um impacto significativo nas estruturas sociais.

Desse modo, o envelhecimento segundo Lima (2010) apesar de ser um processo natural, ocorre de formas distintas em diferentes sociedades, variadas de acordo com a cultura e o recorte histórico analisado.

Segundo Terra (2001), muitos fatores têm corroborado para uma elevação da expectativa de vida, citando: uma melhora nas condições socioeconômicas, o avanço das ciências médicas e o ambiente que o ser humano moldou para suprir as suas conveniências.

De com as estimativas de Netto (2002) o Brasil em 2025 poderá ocupar a sexta posição do ranking de países com mais idosos no mundo.

O aumento populacional das pessoas da terceira idade ao longo dos anos e a perspectiva de um futuro de maior longevidade dos brasileiros impulsiona um cenário propício para a marginalização desses indivíduos na sociedade, que passam a ocupar posições menos relevantes dentro da cadeia produtiva.

A partir disso surgem as políticas públicas voltadas para esse público na sua maior parte necessitado de cuidados especiais e garantias de direitos.

OS DIREITOS DOS IDOSOS E SUA EVOLUÇÃO

A importância do amparo à pessoa idosa sempre foi de extrema importância, porém, apenas na década de 1940 ocorreu de fato certo avanço. Através da criação da Lei Brasileira de Assistência (LBA), no intuito de oferta assistência médica, social, jurídica, concessão de



benefícios, programas educacionais e de desenvolvimento social, a situação de vulnerabilidade dos idosos mudou de forma significativa (KOELZER; BACKES; ZANELLA, 2014).

Através da Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa, instituída em 19 de outubro de 2006, juntamente com o Estatuto do Idoso, criado em 2003, os idosos obtiveram um maior acompanhamento e assistência da sociedade em geral, visto que tais documentos norteiam os conhecimentos necessários e direitos legais como forma de maior respeito e proteção aos idosos (FERNANDES; SOARES, 2012).

Tais políticas citadas, em especial o Estatuto do Idoso, segundo Teixeira (2008), são consideradas neoliberais, ante a solidariedade imposta ao Estado e a toda sociedade, para garantir a efetivação da proteção às pessoas idosas. Nesse modelo, a proteção social pode ser entendida como uma simbiose entre público e privado na política social.

Conforme Koelzer, Backes e Zanella, (2014), diante de tais medidas foram surgindo outras formas de proteção e zelo, como por exemplo, a criação em 2005 do SUAS (Gestão do Sistema Único de Assistência Social) assemelhando ao SUS (Sistema Único de Saúde), contudo, o sistema criado tem como objetivo fiscalizar a renovação e assistência social priorizando as famílias consideradas em vulnerabilidade.

O sistema do SUAS engloba alguns pressupostos como territorialização, onde deve-se levar em conta o território o qual pertence as famílias para analisar o grau de vulnerabilidade, a descentralização, seria a redistribuição das responsabilidades do governo. Por último a intersetorialidade, ou seja, a organização dos órgãos necessários para facilitar o acesso às famílias vulneráveis, onde seus objetivos se dividem em proteção social especial e a proteção social básica. (KOELZER; BACKES; ZANELLA, 2014).

A Política Nacional do Idoso, concebido através da Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994, tem por fito, conforme preconiza o seu art. 1º, assegurar os direitos sociais do idoso, criando condições para promover sua autonomia, integração e participação efetiva na sociedade.

Portanto, a Política Nacional do Idoso, foi idealizada para criar condições que propicie a autonomia das pessoas idosas, criando uma maior interação na sociedade, resgatando o seu valor funcional.

A PNI induz a uma inclusão do idoso a sociedade, como também prevê a criação do Conselho Nacional do Idoso, faz referência aos Conselhos Estaduais e Municipais e do Distrito Federal, como forma de orientar os governantes a executar tarefas que melhorem a



qualidade de vida dos idosos em setores como assistência social, habitação, saúde, educação, cultura, lazer e previdência social (ANDRADE, 2010).

Já a Lei nº 10.741/2023, denominada como Estatuto do Idoso, objetiva efetivar a garantia e o acesso aos direitos sociais das pessoas idosas, legitimando o Ministério público no papel de zelar e proteger tal comunidade.

Dentre os direitos abordados no Estatuto, observa-se o atendimento preferencial, pessoas acima de sessenta anos tem prioridade perante aos órgãos públicos e privados, acompanhante em hospitais, o hospital tem que ter condições de manter o acompanhante instalado, o idoso tem direito a medicamentos gratuitos através de um cadastro com documentos pessoais é possível ter acesso gratuito. As pessoas da terceira idade podem ter acesso ao transporte público de forma gratuita, como também isenção de pagamento de IPTU, com algumas restrições, pensão alimentícia, tramitação de processos na justiça entre outros. (ESTATUTO DO IDOSO, 2007).

O Estatuto do idoso traz em seu bojo importantes instrumentos de garantias fundamentais, cito as penas aplicáveis para aqueles que por negligência, preconceito, violência, opressão ou outras situações ali definidas como maus tratos, desrespeitem de alguma forma a pessoa idosa.

Contudo, segundo Andrade (2010) a situação real não condiz com a parte teórica da lei, a sociedade, a família e o Estado precisam ter a consciência e o devido respeito para que as leis tornem efetivas. Torna-se necessário a mudança desse pensamento gerontofóbico perante as pessoas acima de 60 anos, visto que os mesmos podem agregar e participar da nossa sociedade até o final de suas vidas.

O fato de conseguir uma melhor qualidade de vida para os idosos tem início, com a reestruturação e readaptação dos idosos no cenário atual, para isso as políticas públicas devem enfatizar formas de organização de instituições visando à inclusão, porém, ao mesmo tempo respeitando suas peculiaridades. Segundo Oliveira (2007), a participação dos idosos em palestras, fóruns de discursões entre outros pontos de discursão da sociedade enfatiza não apenas os direitos já conquistados como também o sucesso das estratégias futuras.

Conforme Oliveira (2007), a inclusão dos idosos nas universidades é de grande importância, não uma tradicional, porém seguindo o exemplo de um projeto originado na França a UnATI (Universidade Aberta da Terceira Idade). Sendo assim um centro de



convivência com estratégias de lazer, esportes, entre outros, desenvolvendo suas habilidades e sendo monitorados por profissionais qualificados.

Outra preocupação, destacada por Silva (2006) é a autoimagem, pois é importante que o idoso se desenvolva o seu psíquico, de modo que as atividades possam gerar prazer em serem realizadas, preconizando ainda a relevância de espaços para fomentar o desenvolvimento ativo.

A Organização Mundial da Saúde - OMS, por sua vez, incentiva a criação de grupos de interação, para a realização de atividades que possam elevar a autoestima e os manter intelectualmente produtivos, buscando se relacionar e interagir socialmente. No mesmo sentido, enfatiza Paschoal (1996) a importância de integração do indivíduo aos grupos.

A IMPORTÂNCIA DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS VOLTADAS A APOIAR OS IDOSOS

Consoante Koelzer, Backes e Zanella (2014), o CRAS (Centro de Referência de Assistência Social), é uma unidade pertencente ao SUAS. A instituição CRAS tem como objetivo a "prevenção de situações de vulnerabilidade e risco sociais" as famílias atendidas, no intuito de garantir a assistência social, com proteção, promoção e readaptação no mercado de trabalho.

Segundo Lemos (2014), o CRAS vincula-se a uma rede de proteção social, no qual abrange seis áreas tais como: institutos filantrópicos, entidade comunitária, centro de juventude, centro de convivência de idosos, de crianças e adolescentes e de geração de empregos/rendas.

Dessa forma, o CRAS torna-se de extrema importância às pessoas que se encontram em situação desfavorável em relação à sociedade de forma geral, focando seus esforços no núcleo familiar, buscando assim um fortalecimento, reencontro e vinculação com seus direitos de cidadãos.

Todos os profissionais que compõem a organização CRAS são importantíssimos, eles interagem em grupo juntamente com os psicólogos e profissionais responsáveis pela gestão básica territorial. A quantidade de Psicólogos e Assistente Sociais de cada órgão vai depender da demanda de famílias atendidas pelo programa (KOELZER; BACKES; ZANELLA, 2014).

Consoante Koelzer, Backes e Zanella (2014), a função de psicólogo do CRAS deve ser ocupada por um profissional especializado em projetos e programas de assistências sociais, conhecimento nos direitos sociais, experiência de trabalho em grupo e atividades coletivas



sociais. Além de ser um bom receptor das famílias atendidas e saber reconhecer as dificuldades de acordo com cada território que faz parte do programa.

Koelzer, Backes e Zanella (2014), discorrem afirmando que os profissionais que compõem a grade da instituição CRAS seguem preceitos legais específicos, disponibilizando acolhida, informações e realização de encaminhamentos às famílias que fazem parte do programa. Por orientação do Programa de Atenção e Atendimento Integral à Família (PAIF), os funcionários fazem um levantamento de acordo com o território atendido, realizando visitas domiciliares, como também deveras atividades educativas com o objetivo de fortalecimento, acompanhamento e recuperação das famílias.

Os psicólogos são orientados sobre a forma de como atuar segundo um guia direcionado a adaptação de políticas públicas voltadas à assistência social, elaborado pelo Ministério do desenvolvimento e Combate à Fome e o Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP). Todavia, esses profissionais se deparam com demandas que excedem o trabalho previstas sendo necessárias novas estratégias de apoio. (KOELZER; BACKES; ZANELLA, 2014)

MATERIAIS E MÉTODOS

O presente estudo adota uma abordagem qualitativa de caráter descritivo e exploratório. O objetivo é ampliar o entendimento sobre o tema em questão. A pesquisa foi conduzida por meio de duas abordagens: uma pesquisa bibliográfica e uma pesquisa de campo.

A pesquisa bibliográfica sustentou o arcabouço teórico, enquanto a pesquisa de campo empregou um questionário desenvolvido especificamente e administrado a um profissional especializado no local escolhido (MARCONI; LAKATOS, 2022).

O ambiente de estudo foi o CRAS I (Centro de Referência de Assistência Social), localizado na Rua Macionilia Tavares, 1-97 - Mutirão, na cidade de Sousa, Paraíba. Este centro tem a missão de fornecer assistência especializada aos idosos e suas famílias, entre outros objetivos.

A coleta de dados no estudo de caso foi realizada por meio de uma entrevista, alinhados ao referencial teórico adotado. Em 20/06/2023, durante a manhã, a entrevista foi conduzida com a Assistente Social responsável pelo CRAS, Sra. Liliane Rodrigues da Nóbrega.

A entrevista foi registrada por meio de gravação de áudio utilizando um celular, com duração de uma hora. Durante o processo, foram abordadas as seguintes questões relativas às políticas públicas direcionadas aos idosos atendidos no CRAS do município de Sousa:

1. Quais são as principais políticas públicas disponíveis para atender às necessidades dos idosos no Município de Sousa, Paraíba?



2. Quais são os principais desafios enfrentados na implementação das políticas públicas voltadas aos idosos na cidade de Sousa?
3. Como o CRAS de Sousa tem atuado para assegurar o acesso dos idosos aos programas e benefícios sociais disponíveis?
4. Existem parcerias entre o CRAS de Sousa e outras instituições locais visando promover a inclusão social e o envelhecimento saudável dos idosos? Em caso afirmativo, quais são essas parcerias?

Este estudo busca compreender a dinâmica das políticas públicas voltadas aos idosos no contexto específico de Sousa, explorando os desafios enfrentados e a atuação do CRAS para garantir a acessibilidade e inclusão dos idosos nos programas sociais.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Quando questionada sobre a presença de políticas públicas direcionadas aos idosos na cidade de Sousa, a Assistente Social compartilhou que "o órgão dispõe de uma política estabelecida através de programas de assistência e iniciativas para fortalecer os laços e promover a convivência dos idosos. Essas atividades têm lugar no próprio CRAS e se concentram em atividades culturais e educacionais".

Dentro do escopo dessas atividades realizadas na instituição em prol do grupo da terceira idade, encontram-se diversas ações, tais como aulas de dança, sessões de educação física, palestras em ocasiões festivas, trabalhos de artesanato, workshops de cuidados pessoais e inclusive cursos profissionalizantes de forma gratuita (como o curso de culinária). Além disso, há também a oferta de atividades de contação de histórias, entre outros serviços disponibilizados, que podem ser visualizados nas ilustrações a seguir.

Figura: 1



Fonte: @asocialsousa



Figura: 2



Fonte: @asocialsosa

Figura: 3



Fonte: @asocialsosa



Figura: 4



asocialsousa



Fonte: @asocialsousa

Legenda: Apresentação do grupo de Idosos – Prosperidade, CRAS I – Multirão, em comemoração as festividades juninas.

Figura: 5



asocialsousa



A equipe Cras Mutirão em alusão ao Dia Internacional da Mulher, realizou atividades e palestra com o tema auto estima com as mulheres do Cidade Maduras.



Fonte: @asocialsousa



Outro ponto de indagação dirigido ao profissional do CRAS I - Mutirão diz respeito ao envolvimento desse CRAS na tarefa de assegurar o acesso dos idosos aos programas e benefícios sociais em vigor. Em resposta, foi esclarecido que, no tocante aos benefícios sociais, como o Benefício de Prestação Continuada (BPC – LOAS), o CRAS oferece orientação sobre como obter essa concessão, encaminhando os interessados para a divisão responsável pelo Bolsa Família no município. Isso ocorre porque, na cidade de Sousa, não há uma implementação do Cadastro Único (CADÚNICO) dentro do CRAS, embora seja uma das propostas a serem implementadas futuramente pela instituição.

Sobre a distribuição de cestas básicas, foi destacado que isso acontece como um serviço eventual, denominado benefício eventual, oferecido pelo CRAS. Esse benefício é estendido aos idosos e suas famílias que se encontram em situação de vulnerabilidade. Nesse sentido, uma equipe técnica liderada por assistente social acompanha o grupo de idosos no CRAS, encaminhando e solicitando a concessão do benefício eventual, seja na forma de uma cesta básica ou de outro auxílio necessário para o idoso.

A entrevistada acrescentou ainda que os idosos constituem o grupo mais ativo, uma observação que pode ser sustentada pelo fato de que esse grupo frequentemente busca interações sociais, compartilhamento de experiências e a busca por novos conhecimentos.

A partir da formação de grupos de convivência que buscam proporcionar bem-estar geral e promover uma melhor qualidade de vida para os idosos, surgiu a indagação sobre parcerias entre o CRAS I e outras instituições locais com o objetivo de promover a inclusão social e um envelhecimento saudável dos idosos. Foi questionado se tais parcerias existem e, em caso afirmativo, quais seriam elas.

De acordo com a Assistente, de fato existem parcerias. Inicialmente, o órgão mantinha vínculos com os Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF), criados para auxiliar a consolidação da atenção básica no Brasil, ligados às unidades de saúde do município. Esses profissionais eram trazidos para o CRAS a fim de desenvolver atividades com os idosos. No entanto, esse programa foi descontinuado, e a entrevistada não tinha conhecimento sobre a continuidade de algum profissional do NASF atuando junto ao CRAS I.

Além disso, a Assistente informou que o CRAS estabeleceu parceria com dois lares de acolhimento para idosos na cidade: o Centro de Amparo a Velhice Jesus, Maria e José (CAV) e a Casa do Caminho. Essas instituições religiosas se dedicam a ações sociais, proporcionando assistência e cuidados básicos aos idosos, sendo mantidas por meio de doações e rendimentos (benefícios assistenciais e aposentadorias) dos idosos internos. Conforme explicado pela entrevistada, cada CRAS possui seu próprio vínculo com um dos lares de acolhimento para idosos.



Por exemplo, o CRAS I está vinculado à Casa do Caminho, enquanto o CRAS II está vinculado ao CAV.

Por fim, indagou-se sobre os desafios enfrentados pelo CRAS I na implementação das políticas públicas voltadas para os idosos em Sousa. A Assistente Social identifica como principal desafio a busca por profissionais capacitados para atuar junto ao CRAS. Ela observa que a população idosa tem aumentado consideravelmente ao longo dos anos, resultando em um crescimento na demanda de idosos do município de Sousa que buscam os serviços do Centro de Referência.

As políticas públicas municipais exercem um papel fundamental na promoção do bem-estar e no desenvolvimento social da população. Nesse contexto, o Município de Sousa-PB conta com o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), uma instituição mantida pelo Ministério do Desenvolvimento Social, que desempenha um papel crucial. O CRAS atua como uma unidade de referência, cujo propósito é fornecer serviços de proteção básica. Isso inclui a condução de atividades sociais com as famílias, visando prevenir situações de vulnerabilidade e riscos sociais.

Na cidade de Sousa, há duas instituições relevantes: o CRAS I – Mutirão, que opera de segunda a sexta-feira, oferecendo um amplo espaço para suas atividades. Possui uma equipe de profissionais especializados para atender às demandas da comunidade. Além disso, há o CRAS II - Ronaldo Estrela, juntamente com o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS). É importante ressaltar que o CRAS se dedica a políticas preventivas de assistência, enquanto o CREAS concentra-se em pessoas ou famílias enfrentando situações de violência ou ameaça aos seus direitos. Ambos contam com uma equipe de profissionais, incluindo psicólogos e assistentes sociais, para fornecer suporte.

O CRAS desempenha um papel notável na sociedade sousense, atendendo todas as faixas etárias: crianças, jovens, adultos e idosos. Isso é realizado por meio de dois serviços de proteção social básica: o Programa de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) e o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV). Esses serviços visam orientar e prevenir situações de vulnerabilidade e risco social, especialmente para grupos específicos, como os idosos. O CRAS também realiza serviços de extensão, atendendo idosos nos três núcleos habitacionais da cidade de Sousa/PB.

É evidente que as atividades desenvolvidas pelos profissionais no CRAS I – Mutirão demonstram acolhimento e priorizam o acompanhamento dos idosos sousenses. Em relação a isso, a sociedade BIF (2010) destaca que, ao se inserir nas comunidades e famílias, é possível compreender suas histórias e desafios diários, permitindo a implementação de intervenções que promovam uma melhor qualidade de vida e bem-estar.



Quanto às principais dificuldades na implementação das políticas públicas na cidade, a entrevistada apontou a escassez de profissionais qualificados para trabalhar com esse grupo vulnerável. Ela enfatizou que, embora a instituição atenda a família de modo geral, o grupo de idosos é mais frequente. Se houvesse mais profissionais na área, a demanda por serviços de assistência aumentaria. Portanto, é crucial que haja mais profissionais, como assistentes sociais, psicólogos, enfermeiros, médicos, educadores físicos, artesãos, nutricionistas e pedagogos, que possam garantir o bem-estar e a proteção dos idosos, promovendo um envelhecimento digno e saudável.

No entanto, a ausência de mais profissionais no CRAS I – Mutirão dificulta a inclusão de novas pessoas, especialmente idosos, uma vez que a capacidade de atendimento fica restrita a uma pequena parcela das pessoas já cadastradas no CRAS. Por conseguinte, é essencial que o gestor do Município de Sousa invista em processos seletivos e concursos públicos para aumentar o número de profissionais que trabalham no Centro de Referência.

A inclusão de profissionais que possam contribuir para a vida dos idosos do CRAS é viável por meio de concursos públicos. Afinal, diante dos desafios para efetivar políticas públicas para idosos, é necessário realizar processos seletivos que resultem em uma maior contratação de profissionais capazes de impulsionar a implementação dessas políticas.

No cotidiano do trabalho como assistente social no CRAS, Moreira (2017) enfrenta diversos obstáculos para desempenhar suas funções, resultado da dificuldade em atender às demandas dos usuários, em meio a fatores que prejudicam essa realização. Além disso, ressalta que a precarização do trabalho dos assistentes sociais decorre de complexas transformações na sociedade e no Estado, por meio de políticas sociais.

De acordo com Costa (2021), os direitos da Política de Assistência Social, que visam melhorar a qualidade de vida das pessoas vulneráveis, facilitar o acesso a diversas atividades para grupos específicos e garantir a assistência focada na família como um todo, estão se distanciando devido a essas dificuldades.

Em relação como o órgão tem atuado para garantir o acesso dos idosos aos programas e benefícios sociais existentes, a entrevistada narra e cita o exemplo do Benefício de Prestação Continuada (BPC), onde os profissionais do CRAS orientam os idosos ou seus acompanhantes a forma como conseguir o benefício através do INSS. No entanto, a cidade de Sousa ainda não possui um Cadastro Único (CadÚnico) dentro do CRAS, o que retarda o processo para entrada no benefício assistencial a pessoa idosa.



CONCLUSÃO

A política de assistencialismo social no Brasil é, atualmente, um marco significativo, principalmente no contexto da seguridade social. No entanto, apesar do seu reconhecimento legal na Constituição, a prática muitas vezes não corresponde à teoria. Um dos desafios primordiais na implementação das políticas públicas é a carência de profissionais qualificados.

A escassez de profissionais capacitados cria entraves desde o contato inicial com as famílias até o seguimento contínuo necessário. Para superar esse obstáculo, uma solução viável seria a realização de concursos públicos, com a abertura de vagas suficientes para os profissionais que integram os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS).

Ao assegurar a contratação de profissionais habilitados em quantidade apropriada, os gestores poderiam evitar a sobrecarga e a acumulação de tarefas. Isso permitiria uma abordagem mais eficaz no atendimento às pessoas em situação de vulnerabilidade, contribuindo para a promoção da cidadania e da dignidade humana.

Em resumo, é fundamental que a escassez de profissionais nos CRAS seja tratada como prioridade nas agendas políticas e orçamentárias, tanto em âmbito municipal quanto estadual e federal. É imperativo alocar recursos adequados para a contratação e manutenção de equipes completas e bem preparadas, garantindo o funcionamento eficiente dos serviços de assistência social. Estes investimentos devem abranger não somente a contratação de profissionais, mas também a infraestrutura física dos centros e o fornecimento dos recursos materiais necessários para a execução do trabalho.

Além da necessidade de concursos públicos para atender à demanda de profissionais nos CRAS, é igualmente crucial investir na capacitação contínua dos funcionários já existentes. Uma vez que o trabalho dos profissionais da assistência social exige habilidades específicas, como empatia, conhecimento das políticas públicas, mediação de conflitos e identificação de necessidades individuais e coletivas.

Uma equipe bem treinada e atualizada estará mais apta a identificar, acolher e auxiliar as famílias em situação de vulnerabilidade, promovendo ações preventivas e intervindo de maneira eficaz nos casos necessários. A capacitação constante dos profissionais também contribui para o fortalecimento da política de assistência social de forma geral, estimulando a troca de experiências, reflexão crítica e aprimoramento das práticas de atendimento.

Isso, por sua vez, ajuda a reduzir a distância entre teoria e prática, garantindo a implementação eficaz das políticas de assistência social e atingindo aqueles que verdadeiramente necessitam de apoio e proteção.

Durante o estudo, foi observada a limitação relacionada à falta de profissionais disponíveis



e dispostos a responder às perguntas formuladas dentro do órgão. Alguns servidores optaram por não responder, resultando na participação de apenas uma assistente social (a entrevistada) para responder às perguntas. Essa restrição, por sua vez, dificultou a obtenção de mais insights sobre os desafios enfrentados na implementação de políticas públicas voltadas aos idosos em Sousa/PB.

Finalmente, novas pesquisas devem ser realizadas visando a uma cobertura mais abrangente, incluindo a aplicação de questionários com outros profissionais que trabalham nos Centros de Referência, bem como a expansão do estudo para cidades vizinhas na região de Sousa. Além disso, explorar a perspectiva do próprio grupo estudado sobre a abrangência e eficácia das ações e serviços oferecidos para futuras intervenções.



REFERÊNCIAS

- ANDRADE, E. R. **História de idosos: sementes para cultivarmos uma educação para uma velhice bem-sucedida.** Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2010.
- ANDRADE, L. M. et al. Políticas públicas para pessoas idosas no Brasil: uma revisão integrativa. **Ciência & Saúde Coletiva**, 2013.
- Antropologia, saúde e envelhecimento. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2002.
- BIF, F. S. CRAS - **Centro de Referência de Assistência Social.** Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC, Criciúma, p. 07, 2010.
- BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. 3. ed. Rio de Janeiro: Saraiva, 2015.
- BRASIL. **Estatuto do Idoso.** Ministério da Saúde, 2.^a Ed., Brasília, 2007.
- BRASIL. Ministério da Previdência e Assistência Social. Lei n.8. 842. **Política Nacional do Idoso.** Brasília: DF, 4 de janeiro de 1994.
- COSTA, RAYANNA DE ARAÚJO. **A precarização da política de assistência social na cidade de Sousa/PB.** Monografia (Bacharel em Serviço Social). Universidade Federal de Campina Grande - Campus Sousa-PB, 2021.
- FERNANDES, M.T.O; SOARES, S. M. **O desenvolvimento de políticas públicas de atenção ao idoso no Brasil.** Revista da escola de enfermagem da USP, 2012.
- FERREIRA, H. G.; BARHAM, E. J. O Envolvimento de idosos em atividades prazerosas: Revisão da Literatura sobre Instrumentos de Aferição. **Revista Brasileira De Geriatria E Gerontologia**, 2011.
- FIOCRUZ. Instituto de Informação e Comunicação Científica e Tecnológica em Saúde. (ICICT). Sistema de Indicadores de saúde e Acompanhamento de Políticas Públicas do Idoso (SISAP-Idoso). Rio de Janeiro, 2011.
- KOELZER, L. P.; BACKES, M. S.; ZANELLA, A. V. Psicologia e CRAS: reflexões a partir de uma experiência de estágio Gerais. **Revista Interinstitucional de Psicologia**, vol.7 no.1, 2014.
- MENDES. Marcia R.S.S Barbosa et al. A situação social do idoso no Brasil: uma breve consideração. **Acta Paulista De Enfermagem**. vol.18 no.4, 2005.
- Metodologia Científica. Grupo GEN, 2022.
- OLIVEIRA, M. M.. Como fazer pesquisa qualitativa. Petrópolis: Vozes, 2007.



OLIVEIRA, S. A. **A Importância das Relações Sócio-Familiares na Promoção da Qualidade de Vida do Idoso.** Monografia (Centro Universitário de Brasília). Faculdade de Ciências da Educação e Saúde (FACES), 2009.

PAPALÉO N. M. Gerontologia: a velhice e o envelhecimento em visão globalizada. São Paulo: Atheneu, 2002.

PASCHOAL, S.M.P. Epidemiologia do Envelhecimento. In: PAPALÉO NETTO, M., ed. Gerontologia. São Paulo, Editora Atheneu, 1996b.

Prefeitura de Rafael Fernandes. **CRAS realiza encontro com grupo de idosos do (SCFV).** Disponível em <<https://rafaelfernandes.rn.gov.br/cras-realiza-encontro-com-grupo-de-idosos-do-scfv/>> Acessado em 22 jun 2023.

SECCHI, L. Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos. 2014, 2º Ed. São Paulo: Cengage Learning.

SILVA, J.C. “Da Velhice e assistência social no Brasil”. A Terceira Idade, v.17, n.54-64, 2006

SOBREIRA, B. D. **Amparo: proposta de um lar de idosos na cidade de Sousa/PB utilizando estratégias bioclimáticas.** Monografia (Bacharel em Arquitetura e Urbanismo), Universidade Federal Rural do Semi-Árido, Pau dos Ferros, 2022.

SOCIAL, Assistência. A equipe Cras Mutirão em alusão ao Dia Internacional da Mulher, realizou atividades e palestra com o tema auto estima com as mulheres do Cidade Maduras.

Sousa, 09 mar. 2019. Instagram: @asociaisousa. Disponível em:

<https://www.instagram.com/p/Ca4-hrAuvtB/>

SOCIAL, Assistência. O Centro de Referência da Assistência Social - CRAS, através do Serviço de convivência e fortalecimento de vínculos - SCFV, realiza uma Homenagem ao dia das Mães para as mães do CRAS I MUTIRÃO, que participam dos grupos das idosas e das mulheres. "Mãe de barriga ou mãe de coração... Mãe desde sempre ou por opção... Os formatos mudam, mas o amor de mãe não". Sousa, 05 mai. 2021. Instagram: @asociaisousa. Disponível em: https://www.instagram.com/p/COftLEzl_OM/

SOCIAL, Assistência. Realização da Confraternização do SCFV, Grupo de Idosas - CRAS I Mutirão. Sousa, 08 dez. 2021. Instagram: @asociaisousa. Disponível em:

<https://www.instagram.com/p/CXO3jDAF6Jm/> MARCONI, M. A; LAKATOS, E.M.

SOCIAL, Assistência. Secretaria de Assistência Social Através do CRAS- I, Multirão participam do Arraiá do Abrigo para idosos da Casa do Caminho, o evento realizado juntamente com Secretaria de Saúde, NASF e usuários do Serviço de Convivência CRAS. Sousa, 16 jun.



2017. Instagram: @asocialsosa. Disponível em:

https://www.instagram.com/p/BVZtka_D2WU/

SOCIAL, Assistência. Serviço de Convivência, Grupo de Idoso - Prosperidade, CRAS I, Sousa PB. Sousa, 28 jun. 2017. Instagram: @asocialsosa. Disponível em:

<https://www.instagram.com/p/BV5EqQFjfE0/>

TEIXEIRA, S. M. **Envelhecimento e trabalho no tempo do capital: implicações para a proteção social no Brasil**. 1.ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.

TERRA, J.C.C. *Gestão do Conhecimento: o grande desafio empresarial*. 3ª ed. São Paulo. Negócio Editora, 2001.

UCHÔA, E.; FIRMO, J.; LIMA-COSTA, M. F. F. *Envelhecimento e Saúde: experiência e construção cultural*. In: MINAYO, M. C S.; COIMBRA JUNIOR, C. E. A. (Orgs.).



ANEXOS

ANEXO I

Questionário

- 1- Quais são as principais políticas públicas disponíveis para atender às necessidades dos idosos no Município de Sousa/PB?
- 2- Quais são os principais desafios enfrentados na implementação de políticas públicas voltadas aos idosos na Cidade de Sousa?
- 3- Como o CRAS de Sousa/Pb tem atuado para garantir o acesso dos idosos aos programas e benefícios sociais existentes?
- 4- Existem parcerias entre o CRAS de Sousa/PB e outras instituições locais para promover a inclusão social e o envelhecimento saudável dos idosos? Quais são elas?